

CORREIO  
OFFICIAL

26 DE OUTUBRO  
DE 1911

## CORREIO



## OFFICIAL

ESTADO DA PARAÍBA DO NORTE

ANNO XVI

PUBLICADO NA "IMPRENSA OFFICIAL"

ASSIGNATURAS: 6\$000 por anno começando em qualquer tempo e findando sempre em 31 de Dezembro.

N. 34

## GOVERNO DO ESTADO

ADMINISTRAÇÃO DO EXM SENR. DR. JOÃO LOPES MACHADO M. D. PRESIDENTE DO ESTADO.

## LEI N. 361, de 18 de Outubro de 1911

Autorisa o Presidente do Estado a conceder isenção de impostos estaduais, excepto os de exportação a empresa ou firma commercial que se utilizar de quedas d'agua para produção de energia electrica em qualquer industria.

Doutor João Lopes Machado, Presidente do Estado da Parahyba:

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléa Legislativa do mesmo Estado decretou e eu sancionei a lei seguinte:

Art. 1.º Fica o Presidente do Estado autorizado a conceder isenção de impostos estaduais, excepto os de exportação, por dez annos, á empresa ou firma commercial que se utilizar de quedas d'agua para produção de energia electrica em qualquer industria.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da presente lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contém.

O Secretario de Estado a faça imprimir, publicar e correr.

Palacio do Governo do Estado da Parahyba, em 18 de Outubro de 1911--23.º da Proclamação da Republica.

DR. JOÃO LOPES MACHADO.

Foi publicada nesta Secretaria de Estado, em 18 de Outubro de 1911.

Servindo de Secretario de Estado,

*Francisco do Valle Mello,*  
Director Geral.

## LEI N. 362, de 18 de Outubro de 1911

Autorisa o Poder Executivo a mandar contar pela terça parte, ao funcionario que contar mais de 25 annos de effectivo serviço publico remunerado, o tempo de serviço publico cumulativo não remunerado.

Doutor João Lopes Machado, Presidente do Es-

tado da Parahyba:

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléa Legislativa do mesmo Estado decretou e eu sancionei a lei seguinte:

Art. Fica autorizado o Poder Executivo á mandar contar pela terça parte, para todos os effectos, ao funcionario que contar mais de vinte cinco annos de effectivo serviço publico remunerado e que não tenha tido nenhuma licença que pesasse nos coíres publicos, o tempo de serviço publico cumulativo não remunerado, em qualquer cargo estadual ou federal.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da presente lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contém.

O Secretario de Estado a faça imprimir, publicar e correr.

Palacio do Governo do Estado da Parahyba, em 18 de Outubro de 1911, 23.º da Proclamação da Republica.

DR. JOÃO LOPES MACHADO.

Foi publicada nesta Secretaria de Estado, em 18 de Outubro de 1911.

Servindo de Secretario de Estado,

*Francisco do Valle Mello,*  
Director Geral.

## LEI N. 364, de 19 de Outubro de 1911

Altera a lei judiciaria do Estado.

Doutor João Lopes Machado, Presidente do Estado da Parahyba:

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléa Legislativa do mesmo Estado decretou e eu sancionei a lei seguinte:

Art. 1.º Os juizes de Direito e os Promotores Publicos são obrigados a organizar annualmente um relatório circunstanciado sobre a administração da Justiça em suas comarcas.

§ 1.º Neste relatório, além dos dados sobre estatística criminal e judiciaria (art. 48, letra i da Lei n.º 256 de 9 de Outubro de 1906) deverão ser expostas as difficuldades e duvidas encontradas na execução das leis.

§ 2.º Os mappas de que trata o art. 46 da citada Lei n.º 256, serão enviados no mez de Dezembro de cada anno.

§ 3.º Os Juizes de Direito dirigirão o seu relatório, no mez de Janeiro de cada anno, ao Presidente

do Superior Tribunal de Justiça, e os Promotores Públicos, no mesmo mez, ao Procurador Geral do Estado, sob pena de multa de 100\$000 a 200\$000 reis, imposta, aos Promotores, pelo Procurador Geral do Estado e aos Juizes de Direito, pelo Presidente do Superior Tribunal de Justiça.

§ 4.º Da imposição das multas haverá recurso para o Superior Tribunal, devendo ser interposto no prazo de cinco dias da data da intimação ou recibo passado ao Correio.

§ 5.º Entende-se interposto o recurso desde que o multado tenha registrado a sua petição na agencia postal.

Art. 2.º Para a execução do artigo anterior, são os Escrivães obrigados a dar as informações ordenadas pelos Juizes ou requeridas pelos Promotores, mediante despacho daquelles, dentro do prazo regular estabelecido pelos mesmos Juizes em suas portarias ou despachos.

§ Unico. A inobservancia desta disposição, por parte dos Escrivães, dá lugar á pena de suspensão até 15 dias, imposta pelos Juizes de Direito, sem recurso algum.

Art. 3.º Somente ao Juiz de Direito compete absolver *in limine* ao réo, com recurso necessario para o Superior Tribunal, quando se verificarem em favor do mesmo, os casos dos arts: 27 e 32 do Código Penal.

§ Unico. Quando a defesa do réu fundar-se em qualquer dos casos dos referidos artigos, o Juiz da instrução criminal mandará que os autos subam a conclusão do Juiz de Direito, que verificando não ser caso de absolvição *in limine* mandará que os autos baixem ao Juiz de onde vieram, para este resolver sobre a procedencia ou improcedencia da denuncia ou queixa.

Art. 4.º A liberdade provisoria de que trata o art. 74 do Código do Processo Criminal, extingue-se com a pronuncia e terá lugar toda vez que se der o comparecimento espontaneo do réo e verificar-se das declarações deste, comprovadas por testemunhas dignas de fé, qualquer dos casos dos arts: 27 e 32 do Código Penal.

§ Unico. A mesma liberdade será concedida, mediante identicas provas, ao réo que for preso na occasião de commetter o crime.

Art. 5.º Nos lugares onde não houver medicos, poderão ser nomeadas parteiras, diplomadas ou não, para procederem ao necessario exame, nos casos de defloramento, parto supposto e aborto.

Art. 6.º No processo crime póde ter lugar, dentro de seis mezes, o recurso de appellação da sentença proferida em virtude de julgamento pelo Jury, quando este tiver funcionado debaixo de coacção notoria.

§ Unico. Este recurso só poderá ser interposto pelos Promotores Públicos, em virtude de determinação do Procurador Geral do Estado.

Art. 7.º A votação a que se refere o art. 236 do Código do Processo Criminal far-se-ha sob a presidencia do Juiz, a portas fechadas, na mesma sala em que se estiver celebrando a sessão e admittida somente a presença do Escrivão, Promotor, Accusador e Advogado.

Art. 8.º Os inventarios em que não forem interessados orphãos, ausentes e interdictos, ou que não sejam da attribuição do Juizo da Provedoria, serão da competencia do Juiz dos Feitos da Fazenda.

§ Unico. Nestes inventarios funcionarão por distribuição os Escrivães do Cível e o dos Feitos da Fazenda.

Art. 9.º Fica elevado a dez o numero de Juizes de Direito da lista organizada pelo Superior Tribunal de Justiça para nomeação de Desembargador.

Art. 10.º São creados os logares de 1.º, 2.º e 3.º supplentes dos Juizes de Direito da Capital, para ser-

virem em qualquer das varas, desde que os respectivos Juizes togados estejam todos impedidos.

Art. 11.º E' creado, para todos os efeitos, o logar de Juiz letrado, no Termo Judiciario de Cabaceiras, da Comarca de S. João.

§ Unico. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir o necessario credito para tal fim.

Art. 12.º Revogam-se as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da presente lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contém.

O Secretario de Estado a faça imprimir, publicar e correr.

Palacio do Governo do Estado da Parahyba, em 19 de Outubro de 1911,—23.º da Proclamação da Republica.

DR. JOÃO LOPES MACHADO.

Foi publicada nesta Secretaria de Estado, em 19 de Outubro de 1911.

Servindo de Secretario de Estado,

Francisco do Valle Mello,

Director Geral.

Expediente do governo do dia 2 de Outubro de 1911.

Offícios:  
Ao Ilustre Cidadão Inspector do Thesouro.

Recommendo-vos que faças pagar á inclusa folha do pessoal que se acha em serviço da estrada de rodagem da cidade de Alagoa Grande a Areia, durante a quinzena de 2 a 15 de Setembro findo, na importancia total de 9:263\$805 reis, inclusas (2) duas contas, devendo ser effectuado o respectivo pagamento, nos termos das ordens existentes nessa repartição.

Ao mesmo:  
Recommendo-vos que faças pagar ao engenheiro Victor Kromenacker, a quantia de 200\$000 mil reis, proveniente da diaria do mesmo engenheiro, durante 14 dias do mez de Setembro findo, despesas diversas com a sua mudança e diaria do mestre carpinteiro, durante quatro dias, para orçar a madeira para diversas pontes, conforme vereis da nota que junto remetto.

Expediente do Secretario de Estado.  
Remetto-vos, para os fins convenientes, o incluso extracto do ponto dos empregados desta repartição, relativo ao mez de Setembro findo.

Expediente do governo do dia 3 de Outubro de 1911.

Portaria:  
O Presidente do Estado, tendo em vista o officio do Commandante do Batalhão Policial, datado de 28 de Setembro findo, sob n.º 914, resolve nomear os officiaes do mesmo batalhão, Tenente Raymundo Ladislau da Silva e An-

tonio Severiano Cavalcante e o Alferes Camillo Ribeiro dos Santos, para comporem o conselho de investigação a que tem de responder o cabo d'esquadra Calixto Feliciano de Lima e o soldado Joaquim Simão, por ter deixado evadir-se no trajeto de Pernambuco a esta capital, o soldado desertor do referido Batalhão e pronunciado na comarca de Alagoa do Monteiro, Manoel Felix de Souza, que vinha sob sua guarda.

Remetteu-se ao Commandante do Batalhão Policial para os devidos fins.

Expediente do Secretario de Estado.  
Remetto-vos, para os fins convenientes, o incluso extracto do ponto dos empregados desta repartição, relativo ao mez de Setembro findo.

Expediente do governo do dia 3 de Outubro de 1911.

Portaria:  
O Presidente do Estado, tendo em vista o officio do Commandante do Batalhão Policial, datado de 28 de Setembro findo, sob n.º 914, resolve nomear os officiaes do mesmo batalhão, Tenente Raymundo Ladislau da Silva e An-

tonio Severiano Cavalcante e o Alferes Camillo Ribeiro dos Santos, para comporem o conselho de investigação a que tem de responder o cabo d'esquadra Calixto Feliciano de Lima e o soldado Joaquim Simão, por ter deixado evadir-se no trajeto de Pernambuco a esta capital, o soldado desertor do referido Batalhão e pronunciado na comarca de Alagoa do Monteiro, Manoel Felix de Souza, que vinha sob sua guarda.

Remetteu-se ao Commandante do Batalhão Policial para os devidos fins.

Expediente do Secretario de Estado.  
Ao Ilustre Cidadão Chefe da 1.ª Secção da repartição Geral de Estatística da Capital Federal.

De ordem de S. Ex.ª o Sr. Presidente do Estado, vos remetto a inclusa collecção de Leis e Decretos deste Estado, do anno de 1909, deixando de ser remetida a de 1910, por não se achar ainda collocada, conforme solicitaste do mesmo Exm.º Sr. em officio datado de 23 de Setembro findo, sob n.º 2870. S. Ex.ª manda agradecer as seguranças e distinctas considerações que dignastes apresentar-lhe.

Ao Exm.º Sr. Director interino da Bibliotheca e Archivo Publico do Estado do Pará.

Tenho a honra de accusar o recebimento do officio de V. Ex.ª, datado de 19 de Setembro findo, sob n.º 229, no qual accusa a remessa de uma collecção de estampilhas desse Estado, remetido pelo antecessor de V. Ex.ª, em officio n.º 454 de 4 de Outubro do anno passado, das emissões de 1891, 1896 e 1899, de-

claro a V. Ex.ª que até a presente data, não tiveram as referidas collecções de estampilhas, entrada nesta Secretaria de Estado.

Ao Ilustre Cidadão Juiz Municipal do termo do Teixeira.

De ordem de S. Ex.ª Sr. Presidente do Estado, vos remetto os quatro inclusos livros de registro de nascimentos e obitos, afim de mandardes entregar aos escriptvães e Juizes de Paz dos districtos de Immaculada e Desterro, conforme solicitaste do mesmo Exm.º Sr., em officio datado de 18 de Setembro findo.

Expediente do governo do dia 5 de Outubro de 1911.

Portarias:  
O Presidente do Estado, sob proposta do dr. Chefe de Policia, resolve exonerar a pedido, o cidadão Vicente Martins Casado, do cargo de Subdelegado do districto da Barra de S. Rosa, do termo de Picuhy.

Igual:  
Nomeando para substituí-lo o cidadão Manoel de Souza Lima.

Igual:  
Exonerando a pedido, o cidadão Cyrillo Bispo de Queiroz, do cargo de 1.º Supplente do delegado da 1.ª delegacia do termo de Alagoa do Monteiro.

Igual:  
Nomeando, em commissão, para substituí-lo, o tenente do Batalhão Policial, Raymundo Rangel de Farias.

Remetteu-se ao dr. Chefe de Policia, para os fins convenientes.

Officio:  
Ao illustre cidadão Inspector do Thesouro.

Recommendo-vos que faças pagar ao cidadão Frederico Burrel, a quantia de 200\$000 mil reis, importancia da ultima prestação, pela fiscalisação das pontes de Bacalhão, S. Antonio e Poções.

Expediente do governo do dia 6 de Outubro de 1911.

Offícios:  
Ao Exm.º Sr. Presidente e mais membros da Mesa d'Assembléa Legislativa.

Tenho a honra de comunicar a V. Ex.ªs, em resposta ao officio da Mesa d'essa Assembléa, datado de 4 do corrente mez, sob n.º 23, que, nesta data sancionei o projecto n.º 1, que tomou o numero de lei: 346.

Ao Exm.º Sr. General José Carlos Pinto Junior, Inspector Permanente da 5.ª Região Militar, Recife.

Tenho a honra de accusar o recebimento do officio, circular, de V. Ex.ª, datado de 30 de Setembro findo, communicando-

me que naquella data assumiu o cargo de inspector permanente dessa Região Militar, para o qual foi nomeado por Decreto de 14 daquelle mez.

Agradeço e retribuo a V. Ex.ª, os offerecimentos e protestos de estima e consideração que dignou-se de apresentar-me no citado officio.

Expediente do governo do dia 7 de Outubro de 1911.

Portarias:  
O Presidente do Estado resolve exonerar o cidadão Fausto Benjamin da Cruz Gouveia, do cargo de Agente Fiscal da Mesa de Rendas de Alagoa do Monteiro, para igual cargo na de Mamanguape, sem prejuizo para os cofres do Thesouro, devendo apresentar seu título para ser apostillado.

Igual:  
O Presidente do Estado resolve exonerar o cidadão João Florentino de Carvalho, do cargo de Agente Fiscal da Mesa de Rendas da cidade de Mamanguape, para igual cargo na de Campina Grande, sem prejuizo para os cofres do Thesouro, devendo apresentar seu título para ser apostillado.

Igual:  
Remetteu-se ao Inspector do Thesouro para os fins convenientes.

Offícios:  
Ao Exm.º Sr. dr. Joaquim A. da Costa Marques, Presidente do Estado de Mato Grosso.

Tenho a honra de accusar o recebimento do officio, circular, de V. Ex.ª, datado de 16 de Agosto ultimo, communicando-me que, depois de prestar o compromisso legal perante a Assembléa Legislativa, assumiu no dia anterior, o exercicio do cargo de Presidente desse Estado, para o qual foi eleito a 1.º de Março do corrente anno.

Agradeço e retribuo a V. Ex.ª os sinceros protestos de elevada estima e distincta consideração que dignou-se de apresentar-me no mencionado officio.

Ao Ilustre cidadão Inspector do Thesouro.

Recommendo-vos que faças pagar a inclusa folha do apontador e operarios que se acham no serviço do proprio estadual, sito a rua das Trincheiras desta cidade, durante a semana de 1.º a presente data, na importancia total de 615\$940 reis, devendo ser effectuado o respectivo pagamento nos termos das ordens existentes nessa repartição.

Ao mesmo:  
Recommendo-vos que faças pagar a inclusa folha do apontador e operarios que se acham no serviço do calçamento da rua

das Trincheiras desta cidade, durante a semana de 1 a presente data, na importancia total de 369\$050 reis, devendo ser effectuado o respectivo pagamento nos termos das ordens existentes nessa repartição.

Ao Ilustre cidadão Prefeito do Municipio de Piancó.

Em resposta ao vosso officio datado de 18 de Agosto ultimo, sob n.º 9, declaro que fica dispensado somente, o recolhimento a repartição do Thesouro dos 20.º da arrecadação municipal, do semestre de Abril a Setembro findo, afim de poder ser applicada a nova casa de mudado, que se está edificando nesse municipio.

Expediente do governo do dia 9 de Outubro de 1911.

Offícios:  
Ao Ilustre cidadão Inspector do Thesouro.

Recommendo-vos que faças pagar ao artista Benedicto Pereira Barbosa, a quantia de 30\$000 mil reis, proveniente de diversos trabalhos que fez para a Escola Normal, conforme vereis da conta que junto remetto.

Ao cidadão João Barbosa Pereira de Andrade, achy.

Auctoriso a fazer o corte enchimento e condução das canas do Puchy para a Usina S. João, a razão de 2\$500 reis, por tonelada, como contractei, sendo a respectiva despesa paga pela gerencia da referida Usina, por conta do fornecimento.

Deu-se sciencia ao gerente da Usina S. João e ao Inspector do Thesouro.

Expediente do Governo do dia 10 de Outubro de 1911.

Portaria:  
O Presidente do Estado resolve nomear o Bacharel João Suassuna, para exercer o cargo de Juiz Municipal do termo de Umbureiro, por tempo de quatro annos, devendo solicitar título da Secretaria de Estado.

Fizeram-se as devidas communicações.

Officio.  
Ao Cidadão Prefeito do Municipio de Cabaceiras.

Em resposta ao vosso officio datado de 20 de Setembro findo, sob n.º 17, declaro que este governo só pode expedir ordens a Mesa de Rendas da Barra de S. Miguel, com relação ao vosso acto de haver contractado com o cidadão João de Barros Sousa Aguiar, para encarregar-se do tratamento de variolosos a razão de cinco mil reis (5\$000) diários,

depois que forem legalisadas as contas, afim de poder providenciar sobre o respectivo pagamento.

Expediente do Governo do dia 11 de Outubro de 1911.

Officio:  
Ao Cidadão Inspector do Thesouro.

Recommendo-vos que providencieis no sentido, do Thesouro dessa repartição, Major Augusto de Souza Falcão, se apresentar na Delegacia Fiscal, afim de receber a importancia de 15:945\$766 reis, sendo,..... 13:216\$566 reis, pertencente ao Estado e 2:729\$160 reis ao Lyceu Parahybano, proveniente de beneficios de loterias, correspondente aos meses de Março a Junho ultimos, conforme trouxe ao meu conhecimento o respectivo Delegado Fiscal, em officio de hontem datado, sob n.º 134, e em virtude da ordem n.º 23 da Directoria Geral de contabilidade Publica do Thesouro Nacional, de 27 de Setembro findo.

Deu-se sciencia ao Delegado Fiscal.

Expediente do Secretario de Estado.

Ao Ilustre Cidadão Dr. José Dantas Pereira Porto, Juiz de Direito da Comarca de Campina Grande.

S. Ex.ª o Sr. Presidente do Estado, vos manda recomendar que deveis devolver a petição do sentenciado Manoel José dos Santos, vulgo Manoel Texeira, que vos foi remetida, por despacho de 2 do corrente mez, afim de ser a referida petição, enviada ao Superior Tribunal de Justiça.

Expediente do Governo do dia 13 de Outubro de 1911.

Offícios:  
Ao Exm.º Sr. Presidente e mais membros da Mesa d'Assembléa Legislativa.

Tenho a honra de comunicar a V. Ex.ª, em resposta aos officios da Mesa dessa Assembléa, datados de 7, 9 e 11 do corrente mez, sob nos. 24, 25 e 27, que em data de 11 do mesmo mez, sancionei os projectos nos. 2, 4, 5, 7, 10, 11, 12, 15, 17, 18, 19 e 20, que tomaram os nos. de leis 347 a 358.

Ao Cidadão Inspector do Thesouro.

Recommendo-vos que faças pagar a inclusa folha do pessoal empregado no abastecimento d'agua desta Capital, durante a quinzena de 27 de Setembro findo a 12 do corrente mez, na impor-



tância de 5:610\$950 reis, devendo ser effectuado o respectivo pagamento nos termos das ordens existentes nessa repartição.

Expediente do Governo do dia 14 de Outubro de 1911.

#### Portaria:

O Presidente do Estado resolve considerar sem effecto o acto datado de 7 do corrente mez, sob n.º 331, que removeu o cidadão Fausto Benjamin da Cruz Gouveia, do cargo de Agente fiscal da Mesa de Rendos de Alagôa do Monteiro, para igual cargo na de Mamanguape.

Remetteu-se ao Thesouro.

#### Officios:

Ao Cidadão Inspector do Thesouro.  
Recommendo-vos que faças pagar a inclusa folha do apontador e operarios que se acham no serviço do proprio Estadual, sito a rua das Trincheiras desta Cidade, durante a semana de 8 a presente data, na importancia total de 549\$000 mil reis, devendo ser effectuado o respectivo pagamento, nos termos das ordens existentes nessa repartição.

Ao mesmo:

Recommendo-vos que faças pagar a inclusa folha do apontador e operarios que se acham no serviço do colcamento da rua das Trincheiras desta Cidade, durante a semana de 8 a presente data, na importancia de 394\$850 reis, devendo ser effectuado o respectivo pagamento, nos termos das ordens existentes nessa repartição.

Ao mesmo:

Recommendo-vos que faças apresentar ao Engenheiro Fiscal dos serviços de abastecimento d'agua desta Capital, o cidadão Ezequiel Lopes Machado, que se acha addido a essa repartição, afim de administrar os referidos serviços.

Deu-se sciencia ao Engenheiro fiscal dos serviços de Abastecimento d'agua da Capital.

Expediente do Governo do dia 16 de Outubro de 1911.

#### Officios:

Ao Exmo. Sr. Presidente e mais Membros da Mesa d'Assembléa Legislativa.

Tenho a honra de comunicar a V. Exc. em resposta ao officio da Mesa dessa Assembléa, datado de 14 do corrente mez, sob n.º 29, que, em data de 14 do dito mez, sancclionei os projectos

nos. 6 e 23, que tomaram os nos. de lei 359 e 360.

Ao Cidadão Inspector do Thesouro.

Recommendo-vos que faças pagar a inclusa folha das despesas feitas com a estrada de rodagem da Cidade d'Areia, na quinzena de 16 a 29 de Setembro findo, na importancia total de 6:767\$760 reis, devendo ser effectuado o respectivo pagamento, de accordo com as ordens existentes nessa repartição.

Ao Illustre Cidadão Commandante do Batalhão Policial.

Recommendo-vos que faças recolher ao Quartel do Batalhão sob vosso commando, a praça de nome Victor Zacharias de Oliveira, que se acha destacada a disposição do Estacionario Fiscal de Bocca de Matto, por achar-se soffrendo de congestão, e mandar uma outra substitui-la, afim de auxiliar a respectiva cobrança.

Expediente do Governo do dia 17 de Outubro de 1911.

#### Officio:

Ao Illustre Cidadão Inspector do Thesouro.

Remetto-vos afim de ser archivada nessa repartição, a inclusa copia da escriptura de compra que fez este Governo da casa n.º 21, á rua da Palmeira desta Cidade, pertencente ao cidadão Ubaldo Campello e sua mulher D. Adelia de Lemos Campello, e recommendo-vos que faças pagar ao Tabellião Maximiano Aureliano Monteiro da Franca, a quantia de 100\$000 mil reis, pelo trabalho de lavrar a referida escriptura.

Expediente do Secretario de Estado.

Exmo. Sr. 1.º Secretario d'Assembléa Legislativa do Estado.

Em resposta ao officio de V. Exc. datado de 14 do corrente mez, sob n.º 30, tenho a honra de enviar a V. Exc. as colleções de Leis dos annos de 1894, 1896, 1897 e 1898, 1899, 1900, 1901, 1904, 1905, 1906, 1907, 1908, e 1909; menos a dos annos de 1895, 1902 e 1903, por não existirem nesta Secretaria.

Expediente do Governo do dia 18 de Outubro de 1911.

#### Portaria:

O Presidente do Estado resolve nomear o cidadão José Zacharias Martins Casa, o, para exercer o lugar de Agente fiscal da Mesa de Rendos de Alagôa Grande,

sem prejuizo para os cofres do Thesouro, servindo de titulo a presente portaria.

Remetteu-se ao Thesouro:

#### Officios:

Ao Illustre Cidadão Inspector do Thesouro.

Recommendo-vos que faças pagar ao Alferes do Batalhão Policial Heraclito Augusto de Almeida, a ajuda de custa a que tem direito, a contar desta Capital a villa do Catolé do Rocha, para onde segue a destacar.

Ao Illustre Cidadão Inspector da Alfandega.

Solicito-vos que providencieis no sentido de serem despachados livre de pagamento de direitos, sessenta e nove (69) volumes de materias destinados ao serviço do abastecimento d'agua desta Capital, desembarcados do vapor «Santa Theresa», ultimamente chegado no porto de Cabedello, e para o que, envio o conhecimento e factura consular.

Ao mesmo:

Solicito-vos que providencieis no sentido de serem despachados livre do pagamento de direitos, tres volumes desembarcados do vapor «Merchant», contendo peças das machinas para o serviço do abastecimento d'agua desta Capital, conforme autorisação do Ministro da Fazenda, existente nessa repartição, conforme consta do conhecimento e factura consular que remetto.

Expediente do Governo do dia 19 de Outubro de 1911.

#### Portaria:

O Presidente do Estado, sob proposta do Dr. Chefe de Policia, resolve exonerar o cidadão João Braz Teixeira, do cargo de Subdelegado da 2.ª Subdelegacia do districto de S. Rita, do termo do mesmo nome conséde na Batalha.

Igual:

Nomeando o cidadão João Guedes de Vasconcellos para substitui-lo.

Remetteu-se ao Dr. Chefe de Policia, para os devidos fins.

#### DESPACHOS

Dia 2 de Outubro

Officio ao dr. Chefe de Policia e Folha das despesas da Secretaria de Estado—Ao Thesouro para pagar.

Petição de José Correia da Silva—Informe o Thesouro.

Petição de Manoel José dos

Santos—vulgo—Manoel Tavêra, preso sentenciado.—Ao Juiz Municipal do termo de Alagôa Nova, para o fim requerido.

Dia 3

Officio do dr. Miguel Rapôzo fiscal do serviço de abastecimento d'agua—Ao Inspector do Thesouro para providenciar sobre o pagamento de que trata o presente officio.

Officios do Presidente da Junta Commercial e do Director da Bibliotheca Publica e Petição de Paula Bastos & C.ª—Ao Thesouro para pagar.

Officio do Commandante do Batalhão Policial—Ao Thesouro para fornecer.

Petição de Manoel Paulo de Lima,—vulgo—Manoel Campina, preso sentenciado.—Ao Juiz Municipal do termo de Alagôa Nova, para o fim requerido.

Dia 4

Officio do dr. Miguel Rapôzo, Fiscal do serviço de abastecimento d'agua—Ao Thesouro para pagar.

Officio do Prefeito do Municipio de Cabaceiras—Informe o dr. Director da Hygiene Publica.

Petição de Jacintho Rodrigues Chaves—Informe o Thesouro.

Petição de D. Joaquim Manoel do Nascimento, preso sentenciado.—Ao Juiz Municipal do termo de Princeza, para o fim requerido.

Dia 5

Officios do Commandante do Batalhão Policial, do Gerente da Ferro-Carril, do dr. Miguel Rapôzo e Petição do tenente-coronel José Pereira Neves Bahia—Ao Thesouro para pagar.

Dia 6

Officio do Director da Bibliotheca Publica—Ao Thesouro para fornecer.

Petição de José Fructuôzo Dantas Junior—Informe o Thesouro.

Dia 7

Officio do dr. Miguel Rapôzo, Fiscal do abastecimento d'agua e Petição de Paula & Andrade—Ao Thesouro para pagar.

Petição de Antonia Cavalcante de Albuquerque—Recorra a Assembléa Legislativa Estadual.

Dia 9

Petição de Abdecalas de Oliveira Lima—Ao Thesouro para informar.

Petição de Manoel Luiz de Maria, preso sentenciado.—Ao Juiz Municipal do termo de Alagôa Nova, para o fim requerido.

#### DESPACHOS

Dia 18

Petição de José Bernardo Gomes dos Santos, preso sentenciado.—Ao Superior Tribunal de Justiça, para dar parecer.

Dia 10

Petições de Jeronymo José de Brito e de Izabel Maria das Neves—Ao Thesouro para informar. Expediente do governo do dia 4 de Outubro de 1911.

Officio:

Ao Illustre Cidadão capitão Antonio Ferreira Dias, commandante da Guarnição e da 4.ª Companhia Isolada de Caçadores.

Respondendo o vosso officio de hontem datado, sob n. 1047, declaro que o arquivo da extincta sala das ordens estão a cargo da Presidencia da antiga Província, foi entregue no actual regimen ao commandante do 27 Batalhão, que se achava aqui estacionado, por isso deixo de mandar dar a certidão que sollicitais no citado officio.

Dia 11

Petição de Maria Magdalena de Jesus.—Ao Thesouro para informar.

Petição de Felismino Alves de Souza, preso sentenciado.—Ao Juiz da Comarca de Areia, para o fim requerido.

#### DESPACHOS

Dia 13

Officio do Dr. Chefe de Policia.—Ao Thesouro para pagar.

Petição do major João Francisco Davino de Oliveira.—Informe o Thesouro.

#### DESPACHOS

Dia 16

Petição de D. Maria Carolina Neiva de Lima.—Ao Thesouro para informar.

Petição de José Ferreira do Nascimento, preso sentenciado.—Ao Juiz de Direito da Comarca de Mamanguape, para o fim requerido.

#### DESPACHOS

Dia 17

Petições de Luiza de França Seixas e de Manoel Marques das Neves.—Informe o Thesouro.

Petição de Manoel Galdino de n'Anna, preso sentenciado.—

Ao Juiz Municipal do Termo do Pilar, para o fim requerido.

Petição de Odilon Benicio Maia.—Seja prorogado o prazo por trinta dias.

Petição de José Barbosa de Lima, preso sentenciado.—Ao Juiz de Direito da 1.ª vara da Comarca da Capital, para o fim requerido.

Petição de Manoel Mathildes Lopes, preso sentenciado.—Ao Juiz de Direito da Comarca do Espírito Santo, para o fim requerido.

#### DESPACHOS

Dia 19

Officio do Dr. Chefe de Policia.—Ao Thesouro para pagar.

Petições de Idalina Francisca Góbio e de José Fraterno Gomes da Silveira.—Ao Thesouro para informar.

Petição de Joaquim Chinchin Rodrigues de Freitas, preso sentenciado.—Ao Juiz de Direito da Comarca de Alagôa do Monteiro, para o fim requerido.

#### DESPACHOS

Dia 20

Conselho de Investigação á que foram submettidos por fuga de prezo, os soldados Calixto Feliciano de Lima e Joaquim Simão, do Batalhão Policial. Cumpra-se.

Petição de Targino José Carlos, preso sentenciado. Ao Superior Tribunal de Justiça, para dar parecer.

Petição de José Correia da Silva.—Indeferida, de accordo com a informação do Thesouro.

## EDITAES

COPIA DO EDITAL—Edital com o praso de trinta dias chamando os ausentes Leonidas, Alfredo, Dinamerico e João da Silva Santiago, na forma como abaixo se declara —O cidadão Manoel Nunes de Oliveira, juiz municipal segundo supplente em exercicio

na presente causa, no impedimento do doutor juiz de direito da comarca, em virtude da lei e etcetera.—Faço saber aos que o presente edital de trinta dias virem, que por parte do cidadão Aducto Aurelio Pereira de Mello por seu advogado abaixo assignado, foi feito a este juizo a petição do theor seguinte. Illustissimo Senhor Doutor juiz de direito da comarca de Areia —Diz Aducto Aurelio Pereira de Mello por seu advogado abaixo nomeado que, possuindo em commum com os senhores Francisco Paes de Araujo Filho, Antonio Rogerio da Silva Santiago, e seus filhos puberes Leonidas Alfredo, Dinamerico e João da Silva Santiago e outros menores e impuberes, por direito de successão de compra, o immovel Varzea Nova situado nesta comarca, querproceder sua divisão para a formação do quinhão que lhe pertence, e dos pertencentes a outros condominios. O immovel cuja divisão se requer não comprehendendo somente os dois engenhos deste nome, mas a propriedade Varzea Nova como era constituída em mil oito centos e trinta e cinco quando foi comprada por Domingos José Alcoforado e que depois fraccionou-se em diversas partes que tomaram as denominações de Varzea Nova de Cima e Varzea Nova de Baixo, Diserto, Sitio Novo, Sitio Farias, Coqueiros.—O immovel dividendo limita-se de um lado pela linha das Praxas, que passa pelo de Cachoeira, de onde segue, procurando o alto denominado Boa-Vista, fazendo parte em um grande Sabonete. Partindo deste ponto a linha divisoria segue procurando uma pitombeira, a beira da estrada do engenho Saburá. Partindo da pitombeira, segue procurando o alto de João José, onde fazendo ponto em uma grande munguba, desce procurando o antigo riacho Mundo Novo, que hoje se chama do Farias, encontrando-o segue a linha divisoria por elle acima, até encontrar terrenos de Laranjeira, onde faz canto. Sobre deste ponto procurando a estrada do Azeite, ou o alto da Botija e encontrando segue por ella acima, até encontrar terrenos de Jenipapo, d'onde vai para a tanera da casa onde morou Theophilo Guedes, seguindo até o cume, do alto desce até a casa de Anna de Mattos, no engenho Coqueiros. Passando por essa casa vai um correjo, donde partindo passa em frente a casa do finado Joaquim de Araujo, seguindo até encontrar terrenos de Gamelleira, com o qual limita-se por uma verêda, que vem sahir no ca-

minho que vai para a mesma Gamelleira, e chegando em um, digo, e chegando em um lugar denominado Balanço, sobe Aguas Pendentes, até encontrar o cume do alto, donde desce até uma verêda que limita Gamelleira, Marsagas e Varzea Nova. Continuando, segue dahi, limitando-se aguas pendentes até a cabeça do alto da Garganta, donde segue caminho afora, até encontrar a linha das Praxas, no ponto donde partiu (doc. 1). Se para maior clareza, quizessemos indicar os limites do immovel dividendo, nomeando não somente o rumo de suas linhas divisorias, mas tambem os nomes de todas as propriedades confrontantes, terrenos Varzea Nova, pelo lado da linha das Praxas, confronta-se com Cachoeira e Boa-Vista. A linha que segue parte do Sabonete até encontrar o alto de João José, limita-se em toda extensão com terrenos de Saburá. Na que vai de Munguba, até o riacho do Farias, confronta-se com terrenos de Sabueiro, limitando-se pela linha que segue por este riacho acima com a propriedade Riacho de Areia. Pela linha que segue procurando o alto da Botija, divide-se com o immovel Laranjeiras, e encontrando o sitio Jenipapo, limita-se com este, seguindo para se limitar adiante, com o immovel Canina Branca, até encontrar terrenos de Coqueiros, com os quaes se continua até Gamelleira, e continuando encontra terrenos de Marsapão de Cima e Marsapão de Baixo, e nos quaes se limita, até chegar novamente a linha das Praxas, no ponto donde partiu. Para melhor esclarecer a origem do direito do condmino requerente Aducto, sobre o immovel dividendo faz-se preciso remontarmos a uma data longinquas em que toda propriedade Narzea Nova, era possuida por um só dono. Senhor e possuidor de Varzea Nova, Domingos José desmembrara tres partes dessa, vendendo uma a João de Araujo Pereira, outra a Sebastião Guedes Alcoforado e fazendo da terceira uma doação á uma sobrinha Lucionisa Aurora de Vasconcellos Galvão. Por morte desta donataria, ficou a parte doada pertencendo a herdeiros, sendo depois possuida por Ephrem Justiniano e Sindulpho Guedes. Ephrem Justiniano possuía parte por herança e parte por compra que fez aos filhos de seu irmão André. Ephrem vendeu sua parte a Pio de Vasconcellos Mello (doc. 2) que tambem comprara a de Sindulpho Guedes, ficando assim como unico senhor e possuidor da



parte doada que se chamou e se chama ainda sitio Farias, pertencente actualmente ao supplicante, conforme adiante veremos. Durante a vida de Domingos José, Varzea Nova, não experimentou outras modificações além das apresentadas. Por morte de seu proprietário foi ella inventariada e avaliada por sete contos e quinhentos mil reis (7:500\$000) sendo as terras pelo valor de seis contos (6:000\$000) e as bemfeitorias no de um conto e quinhentos (1.500\$000), isto é, um engenho de ferro de moer canas com casa de caldeiras e casa coberta de palhas por um conto de reis (1.000\$000) e uma casa de moenda por quinhentos mil reis (500\$000) (doc 3). Por morte de Domingos José, passou essa propriedade aos herdeiros: Anna de Sá, José Domingues, Maria Umbelina Montenegro, Severino Guedes, Nuno Guedes, Josepha Florismina, Maria Umbelina de Sá e Margarida de Sá e Mello (doc 3). Severino Guedes Alcoforado comprou a seu irmão José Domingues uma parte de um conto de reis (1.000\$000) que digo (1.000\$000), sendo que este tinha na dita propriedade uma parte de um conto e quinhentos (1.500\$000) (doc 3). Juntando á sua, esta parte que comprou, Severino Guedes Alcoforado, dou-as a sua irmã Maria Umbelina de Albuquerque Montenegro que já possuindo na dita propriedade uma parte de um conto e quinhentos (1.500\$000) ficou possuindo em Varzea Nova, uma parte de quatro contos de rs. (4.000\$000) (docs 3 4). Nuno Guedes possuindo em Varzea Nova, uma parte de cincoenta e oito mil reis 58\$000 vendeu a Sindulpho Guedes (doc 5). Desta venda houve escriptura publica que desapareceu no incendio do cartorio de Alagoa Grande onde foi passada, conforme consta do documento citado, escripto pela viuva do mesmo Nuno Guedes, em vinte e cinco de Junho de mil oitocentos e oitenta e sete. Sindulpho Guedes comprou também a parte de Josepha Florismina (doc 6) que no inventario de Domingos José foi dada no valor de quatro contos e oitenta mil reis (480:000) Morrendo Anna de Sá que possuia na propriedade Varzea Nova uma parte de um conto e quinhentos (1.500\$) passou metade dessa parte a pertencer a Pio de Vasconcellos Mello (doc 7) que também tornou-se proprietario da parte de quatro contos (4:000\$) que Maria Umbelina de Albuquerque Montenegro possuia em Varzea Nova (doc 2) e mais o que esta tivesse da mentecaptia Anna de Sá (doc 7), da parte que Jo-

sepha Florismina herdara de sua tia á referida Anna no valor de cento e oitenta e sete mil e quinhentos (187:500) (doc 8). Os bens da mentecaptia Anna foram por sua morte divididos em duas metades, passando uma a um herdeiro e a outra a quatro: Maria Umbelina de Sá e Mello, Josepha Florismina de Sá e Mello, Nuno Guedes Pereira e Margarida Marcelina de Sá e Mello (doc 7). A parte de Nuno passou a Sindulpho Guedes Alcoforado (doc 9). A de Margarida no valor de cento e oitenta e sete mil e quinhentos (187:500) passou a Sebastião Guedes Alcoforado Junior (doc 10). Esta parte passou a herdeiros por morte da mulher de Sebastião (doc 11). Destes herdeiros passou essa parte ao supplicante (docs 13 e 19). Agora facil se torna a demonstração do direito do condômino requerente sobre a maior parte do immovel dividendo. Proccedido o inventario dos bens deixados por Dona Ricarda de Sá e Mello, mãe do supplicante e mulher de Pio Vasconcellos, ficou este como senhor e possuidor de metade das partes mencionadas que possuia em Varzea Nova, passando a outra metade a herdeiros. Por morte de Pio de Vasconcellos, pai do supplicante foram seus bens repartidos entre os herdeiros e credores e tanto as partes que passaram a herdeiros pela morte de Dona Ricarda, como as que passaram a herdeiros e credores por morte de Pio de Vasconcellos Mello, na propriedade Varzea Nova, passaram ao supplicante (docs 20 a 31) que também adquirio direito de propriedade sobre todas as bemfeitorias que tinha a propriedade Varzea Nova, quando foi inventariada, por morte de Domingos José (docs 12 e 2). As partes de Josepha Florismina, Nuno Guedes e Maria Cecilia de Macedo passaram a Sindulpho Guedes que vendeu-as ao major Ruf Correia Lima que por sua vez vendeu-as digo mais passou-as ao Coronel Sigismundo Guedes Pereira, que vendeu-as ao supplicante (doc 33) que também é senhor e possuidor da parte que em Varzea Nova tinha Sebastião Guedes Alcoforado (doc 34). Sendo assim o quinhão de terras que na propriedade Varzea Nova deve caber ao supplicante é de seis contos cento e oitenta e quatro mil e quatrocentos e seis (6.184\$400) menos um conto e quinhentos mil reis (1.500\$) que é o valor das bemfeitorias de que falla o documento tres; porque conforme ficou exposto pertencem-lhe as partes de Maria Umbelina Montenegro,

Nuno Guedes, Florismina e Anna de Sá, com excepção de uma parte de cento e oitenta e sete mil e quinhentos (187:500) que pertence ao condômino Francisco Paes, com os valores mencionados no documento tres. O quinhão do condômino Francisco Paes, é formado pela parte de Maria Umbelina e a de Margarida de Sá e Mello nos valores do documento tres, cento e oitenta e sete mil e quinhentos (187:500) da parte de Anna de Sá conforme acima fallamos e a restante da parte de José Domingues, tudo no valor de um conto e seiscentos e quarenta e seis mil e quinhentos (1.649\$500), menos trescentos e vinte e nove mil e novecentos (320\$900) de bemfeitorias que como já vimos, pertencem ao supplicante. A parte de Antonio Rogerio e filhos aqui foi vendida a João Pereira. O sitio Farias que pertence ao supplicante (doc 2) não pode entrar na formação do quinhão do supplicante, pois não entrou no Inventario de Domingos José, e seus limites são conhecidos e respeitadas. Todos os limites de Varzea Nova com as propriedades circunvisinhas são perfeitas e incontestadas, com excepção da linha divisoria entre Cachoeira e Diserto. Conforme a exposição dos limites do immovel dividendo feita de accordo com a escriptura de compra de Domingos José, o limite entre o immovel dividendo e a propriedade Cachoeira é a linha das Praxas, mas no entanto esse limite é contestado pelo condômino que está apossado na parte de Varzea Nova, denominado Diserto, pelo que se torna indispensavel o reavivamento da linha demarcadora acima citada, para poderem ter lugar os trabalhos da divizão requerida, visto como não se pode dividir um todo, cujos limites não estão conhecidos. Todos os condôminos de Varzea Nova, com excepção de Francisco Paes de Araujo Filho, aceitam os limites desta propriedade com Cachoeira pela linha das Praxas, de conformidade com o documento citado, mas como essa contestação de limite affecta a todos os condôminos, porque alem de possuirem-no em commum, e deste modo os seus quinhões experimentarem alteração, augmentando ou diminuindo, conforme os lugares por onde tenha de passar a linha demarcadora, não podem promover a formação de seus quinhões por meio de uma divizão judicial, visto como não se sabe a quantidade de terra a dividir. Sendo assim, é preciso que em primeiro lugar haja a demarcação

da linha divisoria entre Cachoeira e Diserto, para depois de julgada por sentença, essa demarcação, comecem os trabalhos da divizão. Assim requer que sejam citados todos os condôminos do immovel dividendo e mais o proprietario de Cachoeira, para virem, na primeira audiência deste Juizo, depois de feitas todas as citações, se louvar com o supplicante em um agrimensor e dois arbitradores que procedam as necessarias diligencias para a divizão e demarcação pedidas. O proprietario de Cachoeira chama-se José de Lemos Vasconcellos e reside nessa Comarca onde deve ser citado. Dos supplicantes reside nesta Comarca Antonio Rogerio da Silva Santiago. Francisco Paes de Araujo Filho tem residencia em Alagoa Grande, onde deve ser citado por meio de precatória. O condômino Antonio Rogerio deve ser citado nesta Comarca. Esta condômino tem filhos menores puberes e impuberes que também são conselheiros de Varzea Nova. Os menores puberes estão ausentes em lugares certos dentro do Estado: Leonidas Leonel da Silva Santiago e João Felipe da Silva Santiago estão na Capital do Estado; Alfredo Americo da Silva Santiago em Mamanguape, e Dinamico Octaviano da Silva Santiago em São João do Rio do Peixe. A citação destes menores deve ser feita por meio de editaes de trinta dias conforme o dispositivo do artigo quarto, paragrapho primeiro do regulamento sete centos e vinte de cinco de Setembro de mil oitocentos e noventa, sendo o edital affixado no foro da causa, publicado na folha local, devendo ser reproduzido no «Correio Official» do Estado e na «A União» e affixado nos lugares dos domicilios dos citandos e por ordem do Juiz territorial respectivo a quem deve ser enviada copia do edital sob registro, pelo Juiz da causa, pedindo-se que seja accusado logo o recebimento, attestando a affixação, tudo conforme os artigos quinto e sexto da lei citada. O supplicante requer que sejam feitas as citações indicadas pelos modos expostos e que seja intimado o tutor dos menores, que se nomeie um curador aside e que se intime o Doutor Curador Geral de Orphãos e Ausentes para os fins de direito que o cazo exige. Essa causa é avaliada em cincoenta contos de reis pelo supplicante que protesta haver as custas do processo pelas quaes são solidarios todos os condôminos que as pagarão pró rata, tudo na forma da lei. Nestes

termos pede deferimento, sendo esta distribuida e autuada com a procuração conferida do advogado abaixo assignado, uma procuração e trinta e tres documentos. Cidade de Areia quatorze de Setembro de mil novecentos e onze. Severino Peregrino Montenegro, advogado.—Estava sellada cujo sello estava inutilizado pelo mesmo advogado. Em cuja petição proferio o Doutor Juiz de Direito da Comarca, o despacho seguinte—D e A. Jurando suspeição nesta causa por ter nella interesse, seja presente do respectivo supplente, neste Termo, para os fins legais, Areia desejeis de Setembro de mil novecentos e onze—Paulo Hypacio; depois do que vindo-me os autos concluzos proferi nos mesmos o despacho seguinte «Como requer. Nomeie Curador a lide o cidadão João de Deus Coelho Serrão, que será intimado para prestar juramento e assistir todos os termos da causa Areia vinte e dois de Setembro de mil novecentos e onze M. Nunes. Em vista deste meu despacho expedio-se as necessarias diligencias e que por deficientes, o advogado do autor fez a petição do theor seguinte: Illustrissimo Senhor Manoel Nunes D. supplente de Juiz Municipal em Areia—Diz Adeauto Aurelio Pereira de Mello, que na acção de divizão e demarcação da propriedade Varzea Nova, que promove, requereu que fossem citados por precatória, o condômino Francisco Paes de Araujo Filho, e por editaes os menores puberes ausentes de que falla a petição inicial. Mas como nem a precatória, nem os editaes foram passados em obediencia aos principios de direito e de forma, estatuidos pela lei, requer que Vossa Senhoria se digne de mandar considerar sem effeito, os editaes publicados e affixados e enviados aos Juizes territoriaes das Comarcas, onde se acham aquelles ausentes e de que consta na petição inicial, e de mandar passar novos editaes e outra precatória, declarando-se nesta o prazo dos editaes, quando começa este a decorrer, o dia, hora e lugar das audiencias civeis deste foro, o objecto da citação e naquelles, quando começa a decorrer o prazo, declaração do prazo, dia, hora e lugar das audiencias, e fim da citação. Vossa Senhoria quando enviar os editaes aos Juizes das Comarcas dos ausentes pedirá que elles considerem sem effeito os editaes enviados e mandar affixar os nomes, tudo nas formas já pedidas. Em tempo o supplicante declara que não oppo os actos nulos or defello do forma ou de di-

reito e que não paga custas devidas por novos documentos passados em correção a peças erradas. Tanto precatória como editaes alem dos requisitos acima indicados devem ter toda forma que exige o direito processual—Areia desejeis de outubro de mil novecentos e onze, Severino Peregrino Montenegro, Advogado.—Estava sellada cujos sellos se acham inutilizados pelo proprio advogado.—Em cuja petição proferi o despacho do theor seguinte—nos autos, como requer. Passe precatória e os editaes de citação aos menores puberes ausentes, com o prazo de trinta dias, que começarão a decorrer da publicação deste no «Correio Official» do Estado, observando-se quanto ao mais o despacho na petição inicial, e ficando sem effeito precatória, editaes e mandados então expedidos. Areia, vinte de Outubro de mil novecentos e onze. M. Nunes. Em virtude do despacho enviado na petição supra e retro, mandei passar o presente edital de trinta dias em virtude do qual ficão citados os ausentes mencionados na petição inicial desta acção, começando a decorrer o prazo da publicação no—Correio Official do Estado, para na primeira audiência que seguir-se do referido edital de trinta dias, e depois de ultimadas e feitas as citações, supra e retro requeridas, virem se louvar em agrimensor e arbitradores que procedam a demarcação e divizão da referida propriedade, ficando outro sim porém citados não só os menores confrontantes e condôminos como quem quer interessado e não conhecidos, que se julgarem com direito a tomar parte nesta causa, para assistirem todos os termos da mesma até final sentença e execução e para o mais indicado na petição inicial. As audiencias deste Juizo terão lugar todas quinta-feiras de cada semana ás dez horas da manhã na sala de suas audiencias. E para conhecimento de todos os interessados, se passou este edital e mais oito de igual theor, devendo ser este affixado nesta cidade na porta da sala das audiencias, e os demais remetidos aos juizes competentes dos termos de São João do Rio do Peixe, Mamanguape, a cujos Juizes se pede novamente digo, Mamanguape a cujos Juizes respectivamente será pedido, e a imprensa desta cidade, outro para o «Correio Official», outro para a «A União», e outro finalmente para o Juiz do civil da capital do Estado; tudo na forma da lei. E para que conste se passou o presente, que será affixado no lugar do costume como acima fica dito.

Dado e passado nestacidade de Areia, vinte de Outubro de mil novecentos e onze. Eu, João Baptista Rego Cavalcanti de Albuquerque, escrevi, o escrevi. (Assignado) Manoel Nunes [de Oliveira. Nada mais se continha em dito edital que fielmente copiei do proprio original do qual me reporto e dou fé. Areia, 20 de Outubro de 1911. O Escrivão, João Baptista Rego Cavalcanti de Albuquerque.

### Edital de intimação

O dr. José Ferreira de Novaes, Juiz de Direito da 3.ª Vara desta Capital, em exercicio pleno da 1.ª, em virtude da lei, etc.

Faço saber que pelo dr. Promotor Publico da Comarca desta Capital, foram denunciados Luiz Paulo de Brito e João Campina da Silva, o primeiro como incurso nas penas do artigo 304, § unico do Codigo Penal e o segundo como incurso nas penas do artigo 303 do mencionado Codigo, e porque ditos denunciados se tenham evadido e auzentado para lugar ignorado, conforme portou por fé o official de Justiça deste Juizo, Graciliano Gonçalves Cavalcante, pelo presente requereiro, chamo e cito-os para comparecerem no dia 20 do corrente pelas 11 horas da manhã, na sala das audiencias deste Juizo, afim de assistirem a inquerição de testemunhas e verem-se processar pelos crimes de que são accusados, sob pena de revelia. E para que chegue ao conhecimento dos mesmos, mandei passar o presente edital, do qual se extrahirão duas copias, uma para ser affixada á porta dos auditorios e outra publicada pela imprensa. Dado e passado nesta Cidade da Parahyba do Norte, aos dez Outubro de mil novecentos e onze. Eu, Pedro Ulysses de Carvalho, Escrivão, o escrevi. Assignado José Ferreira de Novaes. Escrevi, subscreevo e assigno.

O Escrivão

Pedro Ulysses de Carvalho.  
(2-8)

O Dr. Ferreira de Novaes, Juiz de Direito da 3.ª Vara, em exercicio pleno da 1.ª, em virtude da lei, etc.

Faço saber que pelo Dr. Promotor Publico da Comarca desta Capital, foi denunciado Anolino de tal como incurso nas penas do artigo 294 § 2.º do Cod. Pen. e porque dito denunciado se tenha evadido e auzentado para lugar ignorado, pelo presente chamo-o e cito-o para comparecer no dia

30 do corrente pelas 11 horas da manhã, na sala das audiencias deste Juizo, afim de assistir a inquerição de testemunhas e ver-se processar pelo crime de que é accusado, sob pena de revelia. E para que chegue ao conhecimento do mesmo, mandei passar o presente edital do qual se extrahirão duas copias, uma para ser affixada á porta dos auditorios e outra publicada pela Imprensa. Dado e passado nesta Cidade da Parahyba, aos 19 de Outubro de 1911. Eu Pedro Ulysses de Carvalho, Escrivão o escrevi (Assignado) José Ferreira de Novaes. Está conforme o original. Escrevi, subscreevo e assigno. O Escrivão,—Pedro Ulysses de Carvalho.

(3-8)

### Santa Casa de Misericordia

De ordem do excellentissimo Provedor, faço sciente a quem interessar possa que todos os devedores deste Pio Estabelecimento, relativos a fôros de terrenos do patrimonio, renda annual do sitio Cruz do Peixe, alugueis de casas, e impostos de coqueiros, devem durante o corrente mez liquidar os seus debitos, sob pena, de o não fazendo, serem a isto impellidos pelos meios judiciaes. Consistorio da Santa Casa de Misericordia da Parahyba, em 2 de Outubro de 1911.

O Escriptuario

José A. de Vasconcellos.

## ANNUNCIOS

**Paiva Valente & C.ª**  
Compram algodão, carões d'algodão e mais productos agricolas do Estado.

**Oleo de Linhaça**

Acabam de receber em grande quantidade e vendem a preço sem competencia

**Vergara Irmão & C.ª**  
EXTRACTOS, oleos, toncos, sabonetes, pentes, escovas para todo o preço vendem  
ANTONIO MAIA & C.ª



# Alfaiataria Ré Umberto

*de Ciro Maione & C.<sup>a</sup>*

Casa montada a capricho, para servir bem aos seus innumerados freguezes.

Recebedora directa de casemira dos melhores fabricantes inglezes.

Acaba de despachar mais de 400 cortes dos padrões mais chics e modernos.

Cofecciona roupas mais barato do que em outra qualquer parte.

Officina dirigida pelo habil professor PIETRO IMBELLONE.

Diplomado pela Academia de Talho da CASA REAL DE NAPOLIS. (Diploma a disposição do publico.)

Rua Barão do Triumpho n.º 31—VENDA SÓ A DINHEIRO.

**Levy & C.<sup>a</sup>**

**Exportadores**

E' o unico estabelecimento de compras neste Estado que oferece melhor cotação para algodão, couros, peles caroco de mamona e etc.

PARAHYBA

18--20--22--24--26-- Rua Visconde d'Inhaum 18--20--22--24--26  
CAIXA DO CORREIO N.

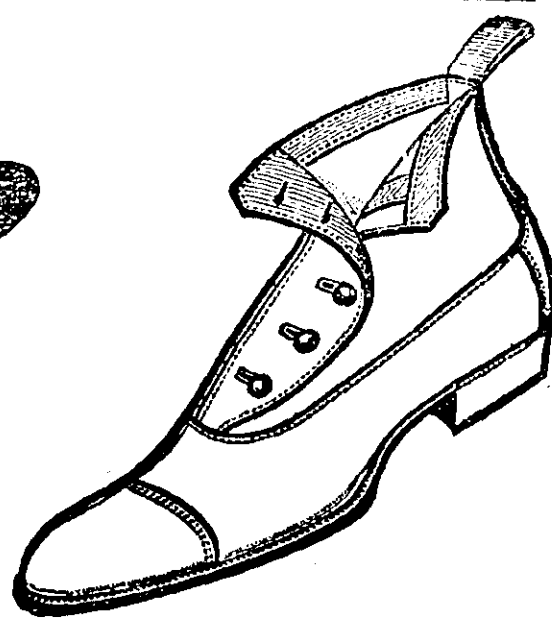
«CLEMENTE»

Uza codigos A B C 4.<sup>a</sup> edição e Ribeiro

**Clark**

O MELHOR e XXX

XXX o mais SOLIDO



Unicos depositarios — Antonio Penna & C.<sup>a</sup>  
28, Rua Maciel Pinheiro, 28

**Guimarães & Irmão**

IMPORTAÇÃO DIRECTA

DE

**GENEROS DE ESTIVA**

NACIONAES E ESTRANGEIROS

**Deposito permanente**

DE

Kerozene, Farinha de Trigo, Carburêto, Cimento, Louça, etc.

TORREFACÇÃO DE CAFÉ

Vendas em grosso e a varejo

11—13—15 PRAÇA DR. ALVARO MACHADO

Endereço telegraphico—GUIMARÃES

PARAHYBA DO NORTE

# CASA DE MOVEIS

*de NAVARRO & COMP.*

Grande e completo sortimento de Moveis—Importação directa—encontra-se neste estabelecimento, como seão:—Mobílias

Austriacas—em côr natural e nogueira dos melhores fabricantes de Vienna. Porta-bibelots—o que há de mais chic e moderno—

Camas—de madeira e de ferro, para casal e solteiro—lindas Secretarias e Costureiros—para senhoras, artigos para presentes

Porta-Chapéos—com espelho, variados typos, arte nova. Cadeiras—para crianças e para egrejas, Estantes para musica—

Chaises-louges etageres, Lavatorio—com espelhos e guarnição, Vidros—brancos e de cores para vidraça e para moveis, Fer

ragens para marcenaria e ricos Espelhos biseautés.

Alem dos artigos mencionados existem muitos outros de fabricação da propria casa, os quaes são: Guarda-casacas—com

espelhos, Guarda-roupas, Dunkerque—com tampo de marmore, Guarda-comidas,—Mesa elastica, Carteiras—para escriptorio

aparadores, Guarda-louças e muitos artigos que seria enfadonho numerar.

Nesta casa tambem se preparam, com perfeição, pedras de marmore para mausoléos, moveis e outros misteres.

Rua Maciel Pinheiro, 33. — — — PARAHYBA DO NORTE